



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Colégio de Aplicação
Conselho Diretor

ATA DE REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Conselho Diretor do Colégio de Aplicação da UFRJ, para reunião ordinária. Estiveram presentes: Cassandra Pontes – DG, Marina Campos – DG, Mariana Elena – Multidisciplinar, Thayná Marracho – NEEI, Vinicius Ferreira – TAE, Jorge Marçal - Ciências Biológicas, Maria Coelho - Português, Alessandra Carvalho – História, Ulisses Dias – Matemática, Lúcia Helena – Francês, Felipe Andrade – Educação Física, Vinícius Vivas – Música, Alice Coutinho – Ed. Infantil, Rozana Gomes – Química, Sophia Mayumi – Grêmio, Marcela Massala, Alice Reis – Grêmio, Iolanda Silva – DAE, Erika Coachman – Inglês, Sarah Almeida – DALPE, Sidnei Percia – Física, Eleandro Cavalcante – Sociologia, Marilane Cavalcante – Artes Visuais, Thaynara Costa – SOE, Maksin Oliveira – Artes Cênicas, Laura Maul – APACAp, Diana Moraes – Técnicos Administrativos, Rafael Arosa – Geografia, Marcelo - Desenho Geométrico, Viviane Labriola – Secretária. A reunião foi presidida pela Diretora Cassandra Pontes, que apresentou a seguinte pauta:

1. Expediente

1.1. Informes:

1.1.1. Direção Geral:

- Reunião do CFCH: Apresentação do Fórum de Ciência e Cultura, com dois convites:

1. Participação no prêmio “Três Minutos de Tese UFRJ”.

2. Inscrição para a ação científica e cultural no circuito interativo Ciência e Ancestralidade, que contará com programação paralela sobre arte rupestre e realidade virtual. QR code com mais informações foi compartilhado com os conselheiros.

- Foi discutida a proposta de desenvolvimento da carreira docente.

Convite para encontro com docentes do CFCH no dia 11/08 às 14h, na Decania, em formato híbrido (link disponível na página da Decania). A proposta de alteração da carreira docente foi apresentada pelo Decano Vantuil Pereira e está em discussão na CLN do Consuni.

- Foi enviado e-mail para que docentes se candidatassem às vagas da CPPD, porém não houve retorno. Destacou-se a importância da representação EBTT nesse espaço.

- A reunião do CONDICAp acontecerá de 13 a 15/08, em Porto Alegre. A diretora Cassandra estará presente e seu afastamento foi aprovado no Conselho Diretor.

- A vice-diretora Marina entrará em férias no dia 18/08.

1.1.2. DALPE:

- Até a finalização das obras do muro, qualquer atendimento presencial voltado para a licenciatura precisa ser agendado (dia e horário) com 48h de antecedência através do e-mail atendimento.dalpe@cap.ufrj.br e confirmado pelos servidores da DALPE. Essa decisão foi tomada pela DALPE e pela DG buscando diminuir a circulação desnecessária nas proximidades da obra. Os licenciandos foram comunicados por e-mail.

- Além disso, pedimos aos setores que reforcem com as/os licenciandos que o envio das folhas com as horas de estágio realizadas é online, feito desde a pandemia através do preenchimento de um formulário, cujo link está no site da escola e em cartazes (tapume próximo à DALPE e sala de convivência). Este informe é feito em vários momentos do estágio, mas muitos esquecem e vem até a escola apenas para entregar as folhas.

- A ECO e o Centro Alemão de Ciência e Inovação vão realizar no dia 11/08 no Fórum de Ciência e Cultura o evento Diálogos Climáticos, que terá como tema "Vozes pelo Clima: Mídia, Ciência e Educação no Combate à Desinformação", reunindo especialistas da área ambiental, comunicadores, acadêmicos e representantes da sociedade civil do Brasil e da Alemanha. Recebemos um convite para indicar a participação de 15 estudantes e docentes. Inicialmente, vamos indicar alguns estudantes vinculados ao NICJr que realizam pesquisas associadas à temática. Entretanto, caso algum docente queira sugerir algum nome, pedimos que nos envie um e-mail sinalizando outros nomes.

1.1.3. DAE :

- Solicitou que os docentes mantenham os estudantes em sala até o final das aulas, pois há grande circulação de alunos em horário de aula.

- Reforçou que o acesso dos estudantes à área isolada com madeirites (Teatro, Música, Biblioteca, DALPE) deve ocorrer somente com acompanhamento de docentes ou assistentes de alunos.

- Pediu que os docentes informem às DAEs suas ausências por e-mail e, caso possível, também por WhatsApp, para organização da cobertura do setor e comunicação aos estudantes.

1.1.3. Conselheiros: Thayná Marracho – NEEI: Informou à Direção Geral e ao Grêmio que, em reunião com a equipe do NEEI, ficou definido que a Amostra Pedagógica de Inclusão será realizada ao longo da semana, liberando o dia 20 de setembro; Comunicou que foram enviados, via e-mail, à Direção Geral e a DAE, os vínculos dos profissionais de apoio à inclusão, bem como a organização da equipe. Caso considerem necessário, tais informações podem ser encaminhadas também aos coordenadores de setores; Na última reunião do NEEI, foi realizada uma avaliação do período em que a unidade esteve sem os profissionais de apoio à inclusão. Thayná apresentou um breve relato das considerações dos professores, destacando as seguintes conclusões: O trabalho das professoras do Núcleo de Educação Especial tem sido constantemente subalternizado, o papel do professor de educação especial encontra-se fragilizado, a equipe tem apresentado sinais de estresse e cansaço, o atendimento ao público-alvo da educação especial permanece desigual em relação ao atendimento realizado pelos demais setores e uma professora apontou que algumas situações podem configurar desvio de função, o que coloca a equipe em uma posição delicada. Diante desse cenário, relatou que, enquanto coordenadora, se encontra em uma posição difícil e traz, em nome da equipe, um questionamento respeitosamente dirigido à Direção que caso ocorra, por exemplo, uma paralisação dos técnicos, quem será o responsável pelo atendimento ao público-alvo da educação especial na ausência dos profissionais de apoio à inclusão? Sugeriu, inclusive, avaliar a possibilidade de encaminhar essa questão à Procuradoria ou à PR-4 para orientação formal.

Alice Coutinho – Educação Infantil: Relatou que ocorreu a reunião do setor de Educação Infantil, na qual surgiu a preocupação dos professores em relação à nova sede provisória no Fundão, que ainda não foi apresentada à equipe. Perguntou sobre a previsão para o próximo ano, a fim de planejar o pedido de professores substitutos. Reforçou a necessidade de um indicativo da Direção sobre as expectativas para a Educação Infantil no próximo ano em relação a Educação Infantil.

Ulisses Dias – Matemática: Agradeceu a todos os professores que colaboraram com o setor de Matemática, ressaltando a importância da participação no maior evento de Educação Matemática do Brasil, não apenas pelo prestígio, mas também pelas articulações realizadas, que trarão resultados significativos nos próximos anos. Destacou que o lançamento do livro foi um sucesso, com todos os exemplares vendidos em menos de meia hora e apontou um incômodo do setor, solicitando ajustes, diante da atuação da Educação Especial sem direito a voto.

Diretora Cassandra esclareceu que o cuidado com os estudantes faz parte das atribuições docentes, inclusive na Educação Infantil, sendo esta uma área que possui experiência significativa nesse debate. O tema tem sido discutido desde o ano passado, abrangendo tanto crianças quanto adolescentes, com e sem deficiência, reforçando que não há desvio de função nesse processo e caso o NEEI tenha dúvidas, pode encaminhá-las à Direção Geral e, se necessário, encaminhar à Procuradoria. A desigualdade no trabalho de cuidado e acompanhamento dos estudantes é pauta recorrente do Condir e das plenárias, com contribuições do NEEI na apresentação de propostas, questionamentos e construção de protocolos junto à escola. Cassandra reforçou que não é função exclusiva do NEEI lidar com as demandas causadas pela falta dos profissionais de apoio à inclusão. Sobre os setores que atuam na Educação Infantil (Educação Física, Artes Visuais, Música, SOE e NEEI), foi informado que não houve avanços na questão da nova sede. Caso surjam pautas sobre o tema, a Direção se dispõe a agendar reunião com coordenações, técnicos e docentes

envolvidos. A questão dos pedidos de professores substitutos será respondida no momento específico da pauta. Cassandra reafirmou que a Direção está tentando fazer com que os projetos aconteçam, mas ressaltou que imprevistos, como o incidente com a queda do muro, exigem mudanças de prioridade, que não foi perdido o foco e a preocupação de trazer uma proposta no regimento.

1.1.4. Representações: Não houve representações.

2. Ordem do dia

2.1 Aprovação da Ata 17/06/25: 5 Abstenções/ Aprovada.

2.2 Afastamentos de sede do/no país : 2 Abstenções/Aprovados.

André Luís Mourão, para participar do Seminário na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, no período de 20 à 24 de outubro.

André Régis, para participar do Seminário Mentalidades Matemáticas, em São Paulo, no período de 20 à 22 de agosto.

Edson Soares Gomes, para participar do Fórum de Educação Superior Indígena e Quilombola, na UFF no Rio de Janeiro, no período de 14 à 17 de Agosto.

Maria Coelho Araripe de Paula Gomes, para participar do Circuito Literário SESC Góias, em Goiânia, no período de 08 à 12 de Setembro.

Ana Paula Peixoto, para participar do V Simpósio Internacional Pós – Estruturalismo, em Recife, no período de 31 de agosto à 03 de Setembro.

2.3 Apreciação de projetos: Não tivemos projetos aprovados nesta sessão do conselho.

2.4 Homologação de progressões e promoções:

Aprovação de resultado progressão/ promoção funcional - 2 Abstenções / Aprovados

- Edson Soares Gomes – B2 para B3

- Maya Inbar – B2 para B3

- Maria Coelho Araripe – B4 para C1

Aprovação de Comissão de avaliação – 2 Abstenções/ Aprovada

Warderley Paulo Gonçalves Junior (Alessandra Carvalho; Daniella Assemany; Danielle Menezes(FE/UFRJ))

2.5 Homologação Coordenação de Ênfase do CESPb – Aprovado por unanimidade

A coordenação geral do CESPb solicita que a aprovação do professor Edson Soares Gomes, do Setor de Orientação Educacional, como coordenador da ênfase de Políticas Públicas e Projetos Socioculturais em Espaços Escolares.

2.6 Calendário Escolar

Marina iniciou a apresentação destacando as datas do calendário escolar:

UPAT: início em 21 de agosto e término em 29 de agosto;

Segunda chamada: 29 de agosto e 05 de setembro;

Conselhos de Classe: de 01 a 09 de setembro;

Entrega de boletins: 12 de setembro;

Recuperação paralela: 16 de setembro e 03 de outubro.

Foi informado que o calendário do terceiro trimestre não sofreu alterações, apenas ficou mais curto, conforme já encaminhado pelo Conselho Diretor. O último dia do trimestre ficou definido para 28 de agosto. Houve consenso entre os conselheiros em relação ao período de duração da UPAT. Na proposta inicial apresentada pela DAE, estavam previstos 7 dias, mas os conselheiros sugeriram a redução para 6 ou até 5 dias, conforme pontuado pelo conselheiro Sidnei. Andrea ressaltou que considera arriscado reduzir para 5 dias sem uma análise mais cautelosa e sugeriu que o período fosse fechado em 6 dias. Rafael Arosa destacou a recorrência de situações em que algumas turmas acabam tendo três provas no mesmo dia, o que

gera reclamações tanto de alunos quanto de famílias. Cassandra explicou que, o último dia do trimestre seria 29 de agosto, também último dia de UPAT. Para algumas turmas, como o 1º ano do fundamental e o 6º ano do fundamental, haveria aula normal. Houve consenso nesse ponto, mas a discussão se encaminhou para o período de duração da UPAT, na proposta, seriam 7 dias, conforme a DAE havia pensado. Cassandra destacou que nada impede aprovar o calendário geral da UPAT para toda a escola, mas que, em negociação com as DAEs de cada série, poderia haver ajustes para redução. A discussão, no entanto, seguiu no sentido de tentar manter um calendário único, mas com tempo reduzido para 6 ou 5 dias, como propôs o conselheiro Sidnei. Andréia reafirmou que 5 dias de UPAT é insuficiente, citando como exemplo a 1ª série do ensino médio, que tem mais de dez matérias. Assim, sugeriu que o período seja reduzido, no máximo, a 6 dias. Rafael Arosa ressaltou que algumas séries possuem muitas disciplinas, o que tornaria inviável realizar as avaliações em poucos dias. Defendeu que em 6 dias seria possível, embora resultasse em até três provas por dia, o que costuma gerar reclamações de alunos e famílias. Andrea pediu esclarecimento sobre a retirada do 7º dia da UPAT, questionando se isso significaria ganhar um dia letivo a mais.

Jorge Marçal explicou que a proposta inicial da DAE era de 14 a 21, já prevendo 6 dias. Caso se mantivesse em 6 dias, o calendário ficaria de 21 a 28, e não até 29. Ressaltou que seria melhor manter o dia 29 sem UPAT, pois está reservado para segundas chamadas. Maria Coelho pediu esclarecimento sobre o benefício da retirada de um dia, reforçando que realizar três provas no mesmo dia é pedagogicamente inadequado. Sidnei Percia defendeu que quanto mais dias de prova, menos dias de aula efetiva, o que penaliza o calendário.

Cassandra esclareceu as duas propostas e colocou em votação:

Proposta 1: UPAT em 6 dias, de 21 a 28 de agosto, com o dia 28 sendo o fim do trimestre (6 votos favoráveis).

Proposta 2: Direção e Grêmio defendem manter os 7 dias de UPAT, de 21 a 29 de agosto, com o dia 29 como encerramento do trimestre, mas permitindo flexibilização em algumas séries (18 votos favoráveis e 1 abstenção).

Sidnei sugeriu que, se for mantido o 7º dia, as provas sejam aplicadas nos primeiros tempos e que os alunos tenham aula nos turnos seguintes. Na sequência, Andrea apresentou a proposta de reposição dos 13 dias letivos aos sábados, lembrando-se das diferenças entre composições de turmas. Também mencionou propostas de professores, como a suspensão de duas plenárias. Cassandra pediu mais objetividade aos conselheiros, lembrando que o tema já foi discutido em Plenária e no Conselho Diretor, e que o encaminhamento é encerrar o ano letivo de 2025 ainda em 2025. Caso não seja viável trabalhar aos sábados, a alternativa seria estender o calendário para 2026. Rafael Arosa falou que o setor de Geografia apoia encerrar o ano em 2025, mas defendeu diminuir o número de sábados letivos, sugerindo a retirada de Plenárias e o término para 23 de dezembro. Jorge Marçal reiterou posição já apresentada em conselho, encerrar o ano em 2025. Destacou a baixa frequência em sábados, pediu apoio da APACAp para torná-los efetivos e alertou que levar o término para fevereiro prejudicaria especialmente os estudantes em recuperação final, além da questão contratual dos professores substitutos. Vinícius Vivas defendeu terminar em 2026, alegando incompatibilidade do planejamento com a jornada de trabalho e risco à qualidade do ensino. Ressaltou ainda que o setor está com déficit de professores. Felipe Macedo apoiou terminar em 2026, destacando a inviabilidade pedagógica de aulas de 30 minutos aos sábados, a baixa frequência e a incerteza sobre contratos de professores. Sidnei Percia alertou para o caso do 3º ano, que precisa concluir antes do ENEM e da emissão de diplomas. Admitiu que será inevitável incluir sábados, sugerindo iniciar e terminar semanas de prova em sábados. Calculou que seriam 4 sábados de avaliação, mais 3 sábados com plenárias e possivelmente 2 de recuperação, totalizando 9 sábados com atividades, não necessariamente aulas regulares. Thayná Marracho trouxe a posição do setor, composto majoritariamente por mulheres periféricas e negras com carga horária integral. Destacou que, sem apoio à inclusão aos sábados, o trabalho pedagógico fica inviável. Assim, o setor defende encerrar em 2026.

Mariana Elena também defendeu terminar em 2026, afirmando que os sábados não funcionam pedagogicamente. Laura Maul relatou a visão das famílias, que não apoiavam a suspensão de aulas, pois não desejam reposição aos sábados. Ressaltou que muitos pais só veem os filhos no fim de semana, o que dificultaria a frequência. Embora reconheça o impacto maior sobre o 3º ano, defendeu terminar em 2026. Alessandra Carvalho posicionou-se pelo encerramento em 2026, alegando exaustão dos docentes, inviabilidade de garantir presença aos sábados e problemas pedagógicos de aulas curtas. Ressaltou

desigualdades de carga horária que se agravariam. Sugeriu usar alguns sábados em 2025 para reduzir os dias em 2026. Maria Coelho Relatou sentir-se contemplada pela fala da professora Alessandra, destacando que o setor está preocupado tanto com os impactos pedagógicos quanto com os laborais. Ressaltou que não concorda que a discussão seja apenas sobre terminar o ano em 2025 ou em 2026, defendendo a necessidade de considerar cenários alternativos. Seu setor apoia a conclusão do ano letivo de 2025 em 2026, mas reconhece que até mesmo os colegas que defendem o encerramento em 2025 admitem que 13 sábados é inviável, insalubre e inadmissível. Apontou que todos estão esgotados e que, na prática, tem se configurado uma escala 6x1 para os estudantes. Sugeriu que se pensasse em utilizar 5 sábados ainda em 2025, o que reduziria para cerca de 10 dias a serem finalizados em 2026, que poderiam ser diluídos em sábados previstos em futuras contratações de substitutos. Finalizou reforçando a importância de pensar em cenários variados e não apenas em duas alternativas fixas. Marilane Abreu apoiou o posicionamento dos setores de História e Língua Portuguesa quanto à diluição dos sábados. Além da sobrecarga laboral e do cansaço dos estudantes, apontou que ocupar todos os sábados inviabilizaria lidar com imprevistos recorrentes, como enchentes, deixando o calendário sem flexibilidade. Defendeu a finalização do ano letivo de 2025 em 2026, mas que parte dos dias seja diluída ainda em 2025. Propôs também que os dias restantes em 2026 fossem programados em formato diferenciado, como mutirões, sendo mais viáveis do que aulas de 30 minutos. Thaynara Costa informou que seu setor também apoia a conclusão do ano letivo de 2025 em 2026. Ressaltou que o SOE, de forma mais estruturada, se dispõe a organizar os sábados letivos no próximo ano e já tem algumas propostas em construção. Contudo, destacou que isso não é possível em 2025, já que no processo de contratação não é questionada a disponibilidade dos substitutos aos sábados e atualmente eles representam a maioria do corpo docente. Sophia Mayumi manifestou preocupação com a 3ª série e a data de emissão dos diplomas, lembrando que concursos e processos seletivos não são flexíveis. Ressaltou que, diferentemente de outras escolas em greve, o colégio não teria esse argumento a seu favor. Relembrou proposta do setor de Física para realizar plenárias aos sábados, liberando esses dias como letivos. Considerou válida a possibilidade de encerrar o ano em 23 de dezembro e lembrou que em 2026 haverá a Copa do Mundo, o que trará suspensão de aulas nos dias de jogos do Brasil. Finalizou com a posição do Grêmio, que defende o término do ano letivo de 2025 ainda em 2025, mesmo reconhecendo o desgaste que as aulas de sábado trazem a alunos e professores. Rozana Gomes concordou que todos estão exaustos, mas defendeu a posição do setor de Química de encerrar o ano letivo de 2025 ainda em 2025. Justificou que, caso se prorrogue para 2026, haverá necessidade de encerrar o ano anterior em fevereiro e, logo em seguida, abrir um período de pelo menos três semanas para organização do calendário e da entrada de novos alunos, o que geraria dificuldades adicionais para a DAE. Eleandro Cavalcante defendeu a conclusão do ano letivo de 2025 em 2026, destacando a relevância pedagógica dos sábados letivos, mas também o peso laboral. Apontou que não vê solução favorável em nenhuma das duas propostas, pois se estaria apenas trocando uma dificuldade por outra. Concordou que seria viável utilizar alguns sábados ainda em 2025, desde que com planejamento, mas não todos, para preservar a saúde da comunidade escolar. Lúcia Helena concordou com a necessidade de divisão equilibrada do ônus entre professores e estudantes, ressaltando que, na prática, os estudantes têm a opção de comparecer ou não aos sábados, mas os docentes são obrigados, tornando o peso desproporcional. Destacou ainda a dificuldade dos substitutos, especialmente no setor de Francês, onde metade atua também em cursos de línguas estrangeiras nos fins de semana, o que inviabiliza sua presença. Retomou a proposta de transferir as plenárias para sábados, liberando dias letivos em seus lugares. Defendeu a utilização de alguns sábados em 2025 e o encerramento do ano letivo em 2026.

Marcelo relatou que seu setor considera que parte dos dias nem deveria ser repostos, pois não foram os professores que escolheram não trabalhar. Defendeu o término em 2026 por questão de previsibilidade, lembrando que nem docentes, nem estudantes, nem famílias se organizaram para trabalhar e estudar em 13 sábados. Ressaltou que em anos anteriores, quando isso ocorreu, as turmas estavam esvaziadas, havia famílias que não enviavam os filhos e professores que não conseguiam comparecer, comprometendo o processo. Criticou também a proposta de aulas de 30 minutos, questionando a qualidade pedagógica. Finalizou apoiando a ideia de diluir a carga entre alguns sábados de 2025 e o início de 2026. Diana Moraes relatou que não conseguiu discutir a questão com seu setor, pois devido à paralisação, os TAEs não estiveram presentes no último Condir. Ressaltou que a proposta em debate afeta principalmente os assistentes de alunos. Concordou com a fala do professor Marcelo, destacando que os dias sem aula não foram responsabilidade dos conselheiros, e que todos trabalharam intensamente nesse período. Pontuou que, ao acrescentar mais dias de trabalho no calendário, aumenta-se a carga para os assistentes de alunos, que já trabalham todos os dias da semana e, em sua maioria, moram longe da escola, o que torna a jornada

ainda mais extensa. Enfatizou a inviabilidade de cumprir 13 sábados letivos e, mesmo sem apresentar proposta concreta, defendeu o uso de alguns sábados ainda em 2025 e a conclusão do ano letivo de 2025 em 2026. Marina Campos observou que alguns dias letivos previstos, como plenárias e entrega de boletins, não envolvem todos os segmentos, restando os 13 sábados apenas para os anos iniciais do fundamental, que não participam dessas atividades. Relembrou que a decisão de aulas de 35 minutos foi encaminhamento do Conselho Diretor, podendo os dias ocorrer com carga horária normal caso haja novo encaminhamento pedagógico, não sendo uma imposição da Direção. Ressaltou a necessidade de considerar essa questão de trabalhar aos sábados nos próximos pedidos de substitutos, pois isso afetará todos os segmentos. Falou sobre o impacto de estender o ano letivo de 2025 para 2026, lembrando que o calendário de 2026 já é bastante apertado: dos 365 dias, 104 são fins de semana, 12 são feriados em dias úteis, e somando 45 dias de férias restam apenas 204 dias úteis, sem contar recessos. E entende que não adianta eliminar recessos, pois a instituição precisa seguir o que for definido pela Reitoria e MGI. Cassandra destacou que há conselheiros que defendem encerrar o ano letivo de 2025 ainda em 2025 e outros que apoiam estender para 2026, cada qual trazendo argumentos pedagógicos, trabalhistas ou relacionados à saúde dos servidores. Relembrou que, em momentos anteriores como no retorno após a queda do muro, a Direção se debruçou sobre dados e avaliações para garantir decisões seguras, e que desde o início de 2024 vem analisando o calendário junto ao Ministério Público, em reuniões com famílias e na elaboração da proposta apresentada ao Conselho Diretor. Alessandra avaliou que, a partir das falas, há duas propostas principais: concluir o ano letivo de 2025 ainda em 2025 ou estendê-lo para 2026. E falou sobre, após a votação dessas alternativas, sejam pensadas possibilidades.

Foi colocado em regime de votação concluir o ano letivo de 2025 ainda em 2025 com 6 votos favoráveis ou estender o ano letivo de 2025 para 2026 com 17 votos favoráveis com 2 abstenções.

Ficou decidido que a Direção elaborará uma proposta para 2026. Cassandra solicitou que os conselheiros também apresentem sugestões até 15 de agosto, para que a DAE possa consolidar e encaminhar junto à convocação do próximo Conselho, marcado para 26 de agosto. Alessandra sugeriu que, em vez de cada setor elaborar propostas isoladamente, ela se coloca à disposição para discutir em conjunto com os conselheiros interessados e, se necessário, dialogar previamente com Andréia antes da apresentação no Conselho.

2.6 Alteração da festa junina para 20 de setembro -2 abstenções/ Aprovada

2.7 Pedido anual de professores substitutos

A Direção enviou e-mail com cronograma de organização interna e relatou conversa com Alan da CCDOc/CEG, que trouxe esclarecimentos, e também com Jordana (RH) para dar andamento ao pedido de 2025. Eleandro falou que setores que não têm pedidos de substitutos não participam do sorteio. Cassandra confirmou a exclusão dos setores de História, Sociologia e Filosofia do sorteio. Jorge Marçal apresentou alguns questionamento sobre e-mail do RH recebido no mesmo dia, com orientações divergentes do cronograma já encaminhado, sobre carga horária de pós-graduação, pois não está explícito se professores da educação básica podem ou não computar essa carga, entendendo que não há impedimento e sobre carga horária de orientação. Essa carga horária é compartilhada com outras docentes. Foi levantado o questionamento se ela será contabilizada para todas ou apenas para uma.

Cassandra orientou que levará todas as dúvidas à CCDOc e que, assim que possível, dará um retorno aos professores. Informou também sobre uma proposta elaborada pela Direção para regulamentar a carga horária, mas que ainda não foi apresentada no Conselho Diretor. Foi colocado em regime de votação o pedido de prorrogação da sessão do conselho por mais 30 minutos. 2 abstenções e aprovação.

Cassandra prosseguiu relatando a conversa que teve com Jordana, servidora do RH. Segundo Jordana, os setores podem autuar os processos de forma independente e encaminhá-los diretamente ao SEG, conforme previsto na organização da CCDOc. No entanto, a Direção e alguns conselheiros manifestaram preocupação de que isso resulte em perda do acompanhamento adequado desses dados, considerando que já existe um número de vagas previamente aprovado para o Colégio de Aplicação e que as especificidades da educação básica exigem maior controle. Diante disso, foi decidido internamente que o setor de pessoal continuará participando do processo, enviando toda a documentação de forma conjunta para o CCDOc. A servidora do RH também destacou a importância desse fluxo, pois necessita de tempo para conferir os pedidos e, com base em experiências anteriores, observou que muitos colegas cometem erros que precisam ser sinalizados e corrigidos. Assim, Jordana solicitou um prazo maior para analisar os processos. Embora o

envio deva ocorrer até 15 de agosto, a proposta não é eliminar a etapa de parecer, mas permitir que ela tenha acesso antecipado às solicitações feitas pelos setores, ainda em fase de elaboração. Dessa forma, poderá indicar possíveis equívocos a tempo de a coordenação realizar os ajustes necessários antes do encaminhamento oficial ao setor de pessoal.

Lúcia Helena solicitou esclarecimento sobre uma dúvida do setor. Informou que há previsão de contratação efetiva de professor oriundo de concurso público. No entanto, o setor questiona se deve solicitar também um professor substituto, considerando a incerteza quanto ao resultado do concurso, seja pela possibilidade de nenhum candidato ter sido aprovado ou, ainda, de os aprovados não assumirem o cargo. Destacou que a prorrogação vigente deveria encerrar em agosto e que a previsão inicial para a contratação era agosto de 2025, embora o concurso ainda esteja em andamento. O receio do setor é não solicitar substituto e iniciar o próximo ano sem docente, ficando apenas na expectativa da efetivação, sem garantia.

Cassandra esclareceu que a CCDOc já possui protocolo em relação à dúvida apresentada pela professora Lúcia e que a questão foi incluída na lista de consultas. Ressaltou, contudo, que acredita já haver registro dessa demanda no SEG, comprometendo-se a verificar junto à PR4 como estão os prazos. Lembrou ainda que houve compromisso da Reitoria e da Pró-Reitoria de Pessoal para efetivar a contratação no início do segundo semestre, mas que a PR4 não conseguiu cumprir o cronograma previsto.

Maria Coelho relatou que estava com dúvidas em relação ao e-mail enviado pelo setor de pessoal e estendeu a questão levantada anteriormente pela professora Lúcia, já que o seu setor se encontra na mesma situação. Perguntou sobre a autuação do processo no SEI, questionando se a vice coordenação também poderia ter acesso junto à coordenação. Indagou ainda o motivo de estar previsto que seja o coordenador o responsável por inserir documentos no sistema, ressaltando que a função de coordenador não corresponde à de chefe de departamento. Segundo ela, no entendimento do setor, essa atribuição não está prevista e representa uma sobrecarga de trabalho burocrático-administrativo, historicamente desempenhado pelo setor de Recursos Humanos. Acrescentou que, quando o RH envia um e-mail informando que fará apenas uma parte do processo e não todo, gera-se dúvida sobre o que mudou e em qual momento. Destacou, por fim, que o trabalho da coordenação tem se tornado cada vez mais voltado a funções administrativas. Cassandra esclareceu que o envio pode ser feito tanto por e-mail quanto pelo SEI.

Felipe Macedo reforçou a fala da professora Maria, destacando também que o cargo de coordenador não equivale ao de chefe de departamento, que, nas universidades, conta inclusive com gratificação específica para essa função. Observou que o documento da CCDOc é claro ao se referir ao chefe de departamento, e questionou de onde teria surgido a interpretação de que os coordenadores assumiriam esse papel. Considerando que o RH continuará a realizar a conferência dos processos, ponderou sobre o motivo dessa mudança ocorrer de forma tão acelerada. Ressaltou ainda que as coordenações têm sido incumbidas de emitir pareceres que nem estão previstos no processo definido pela CCDOc. Finalizou destacando que se tratam de dúvidas e que seria necessária uma discussão mais ampla sobre o tema. Comentou sobre outro ponto, o parecer precisa ser emitido em 24 horas. Caso quem estiver responsável pelo parecer do MULTI, Educação Infantil ou NEEI cometa algum erro sem intenção e isso passe despercebido, pode gerar problemas. Finalizou expressando seu incômodo com esse processo, que está sendo realizado de forma tão acelerada e sem uma comunicação prévia sobre como será conduzido, sugerindo que talvez um breve treinamento fosse necessário. Cassandra explicou que a única mudança é na forma de envio, agora o parecer deve ser encaminhado via SEI, não mais por e-mail. Ressaltou que em nenhum momento se afirmou que o coordenador de setor é equivalente a um chefe de departamento. No entanto, a coordenação do setor possui, entre suas atribuições previstas no regimento escolar, a responsabilidade de organizar e sistematizar as demandas do setor para que sejam devidamente encaminhadas. Marilane Abreu destacou que a questão não se resume apenas à diferença entre envio por e-mail ou pelo SEI. Defendeu que, caso seja adotado o SEI para conferência da Jordana, seria mais adequado organizar previamente os documentos, elaborar os pareceres, encaminhá-los ao RH e, então, caberia ao RH realizar a conferência e inserir no sistema. Ressaltou ainda que compartilha da mesma dúvida levantada por Lúcia em relação ao concurso em andamento, assim como às turmas da Educação Infantil, uma vez que considerar quatro turmas não é o mesmo que considerar duas, sendo necessária a designação de um professor exclusivamente para educação infantil. Informou que atualmente o setor conta com nove professores, incluindo a professora Anna Thereza, que atua tanto na Educação Infantil quanto no 5º ano. Destacou que, caso a Educação Infantil seja transferida para o Fundão, haverá dificuldades de atuação no Fundão e no Cap Lagoa. Trouxe também questionamentos sobre as datas. Relatou que deu aula no período da manhã e,

à tarde, está participando do Condir, o que impossibilitou a leitura do e-mail do RH. Solicitou esclarecimentos sobre os prazos: hoje seria realizado o sorteio; amanhã, os documentos seriam enviados ao setor para análise; e, na sexta-feira, o setor deveria encaminhar o parecer, destacou que o prazo estipulado para envio das informações no sistema é até segunda-feira, o que implica na necessidade de trabalho durante todo o final de semana. Anteriormente, o prazo era até o dia 15, o que torna difícil garantir que tudo esteja concluído dentro da nova data. Assim, foi solicitado esclarecimento se este calendário é de fato o vigente. Cassandra esclareceu que, em relação à revisão, o Departamento Pessoal não é responsável por realizá-la. A Jordana se dispõe a fazer essa conferência porque os setores frequentemente encaminham documentos com erros. No entanto, o ideal seria que cada setor fizesse a revisão internamente, sem a necessidade de passar pelo RH. Ressaltou ainda que, ao propor uma data, sua intenção é apenas se disponibilizar para auxiliar no processo. Quanto ao calendário, observou que ele está até mais favorável que o do ano anterior, quando foi necessária uma sessão antes das férias. Este ano, não houve essa exigência. Além disso, na sessão anterior do Conselho Diretor já havia sido reforçada a necessidade de os setores se anteciparem e solicitarem as documentações necessárias de cada docente. Sobre a Educação Infantil, reforçou que a recomendação é a mesma feita no ano passado, válida para todas as turmas os pedidos devem ser feitos, ainda que o uso efetivo das vagas seja definido posteriormente conforme a demanda. Informou também que o processo de licitação está em andamento. Alice Coutinho reiterou a dúvida semelhante à do setor de Artes Visuais sobre a quantidade de vagas a solicitar e compreendeu que é necessário prever todas as turmas em tempo integral. Relatou que o entendimento do setor se aproxima das colocações de Felipe e Maria, considerando equivocada a equivalência entre coordenador de setor e chefe de departamento. Aproveitou para solicitar que seja retomada a discussão sobre o Planind, pendente desde o primeiro semestre. Rozana Gomes fez um apelo à Direção, explicando que os coordenadores de setores enfrentam uma carga muito específica e intensa dentro da escola, envolvendo aulas, reuniões de série, conselhos de classe e atendimento às famílias, o que gera sobrecarga. Solicitou que os pedidos possam tramitar da mesma forma que no ano anterior: enviados ao RH por e-mail, cabendo a este setor autuar os processos no SEI e realizar as conferências. Mariana Elena destacou a complexidade do setor, coordenado por ela e Alessandra Moraes. Ambas não possuem expertise nesse tipo de processo de substituição, e considerando as demandas acumuladas e o curto prazo, afirmaram que não será possível cumprir o calendário. A reunião do MULTI está prevista para quinta-feira pela manhã, mas, devido à falta de experiência com esse procedimento e ao volume de trabalho, o prazo se torna inviável. Cassandra reiterou que a expectativa da Direção era que as coordenações já estivessem organizadas previamente, e não apenas a partir da reunião. Marina fez a leitura nominal de todos os setores para confirmar a participação no sorteio, que foi realizado obtendo o seguinte resultado:

SOE → avaliar Física

MULTI → avaliar SOE

Física → avaliar Português

NEEI → avaliar Ciências Biológicas

Ciências Biológicas → avaliar Música

Francês → avaliar Matemática

Desenho Geométrico → avaliar Artes Cênicas

Educação Física → avaliar Geografia

Português → avaliar MULTI

Música → avaliar Educação Infantil

Geografia → avaliar Física

Matemática → avaliar Inglês

Inglês → avaliar Desenho Geométrico

Artes Visuais → avaliar Francês

Química → avaliar Artes Visuais

Educação Infantil → avaliar NEEI

Artes Cênicas → avaliar Espanhol

Espanhol → avaliar Química

Cassandra explicou que, nesta etapa de análise, os setores não precisam encaminhar a documentação comprobatória, caso ainda não tenham reunido todos os documentos. Ressaltou, contudo, a importância de preencher as planilhas para que seja possível dimensionar corretamente a demanda de vagas. Nada mais havendo a tratar, a Diretora Cassandra agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Viviane Labriola, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata que foi aprovada por todos os presentes e assinada por mim, Viviane Labriola.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane dos Santos Lima Labriola**, Assistente em **Administração**, em 16/09/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Santos Nunes de Campos**, Professor do Ensino **Básico, Técnico e Tecnológico**, em 31/10/2025, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **5834661** e o código CRC **DFCE64A4**.